



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA OCTAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

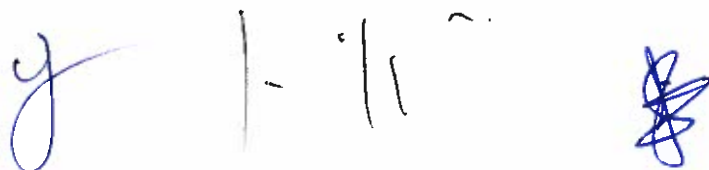
No quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência da vereadora Simone Kahwage. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, o vereador Joaquim Campos assumiu a presidência da Mesa e a vereadora Simone Kahwage subiu à tribuna. Comentou sobre projeto de lei de sua autoria, protocolado nesta Casa ainda em 2017, criando em nível municipal o Dezembro Vermelho, mês dedicado à conscientização popular sobre a AIDS. Relatou ter recebido recentemente em seu gabinete uma amiga que lhe contou estar com a doença. Confessou ter ficado surpresa com a revelação, entristeceu-se e não soube o que dizer, mas depois deu força à amiga, pediu-lhe que tivesse fé em Deus. Esta lhe informara já estar fazendo o tratamento e mostrara-lhe uma foto em que parecia muito magra, quando ainda não estava tomando os remédios. Orientou-a então a continuar o tratamento, pois atualmente as pessoas utilizam o coquetel de medicamentos, mantém reduzida a carga viral e vivem quase normalmente. Por esse motivo, pontuou, as mortes causadas por AIDS são raras no Brasil. Informou que sua equipe atuaria nos bairros de Belém – nas comunidades, associações e escolas onde foram convidados – prestando esclarecimentos sobre o tema. Leu parte da justificativa do projeto informando sobre o histórico da evolução da AIDS no Brasil, tratamento, a criação da campanha Dezembro Vermelho pela Organização das Nações Unidas e o preconceito contra os portadores da doença. Quanto ao último ponto, referiu que, ao comentar a visita relatada anteriormente com outra pessoa, esta a recriminou por ter recebido a amiga no gabinete. Respirou então fundo, surpreendida com essa reação, e explicou a seu interlocutor que não se contrai AIDS através do contato, através do ar, nem mesmo compartilhando a mesma colher comendo junto. Avaliou haver a respeito do assunto muita desinformação e medo. Apontou que a Secretária Municipal de Saúde – Sesma realiza um trabalho de conscientização nas unidades de saúde municipais de Belém. Reconheceu ser muito importante o trabalho de promoção em saúde, tendo colocado em seus perfis no *Instagram*, no *Facebook* e *Whatsapp* a divulgação do Dezembro Vermelho. Revelou que duas pessoas soropositivas trabalham em sua equipe e tem-nas incentivado a atuar nesta campanha. Notificou que a Assembleia Mundial da Saúde definiu o mês de dezembro para se reforçar a tolerância, a solidariedade e a compaixão para com os portadores do HIV. Nesse mês, inteirou, são realizadas as ações preventivas, educativas, com a participação conjunta de diversos setores sociais e instituições governamentais. Recordou que, há algum tempo, havia denúncias de falta do coquetel de medicamentos nos órgãos públicos de saúde. Felizmente, assegurou, o estoque desses remédios já foi normalizado. Terminado este pronunciamento, o vereador Mauro Freitas assumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Joaquim Campos e postulou que os projetos de lei polêmicos ficam vários meses sem entrarem em pauta, sendo votados apenas após as eleições. Classificou seu gabinete como muito esculhambado – o forro está caindo, os azulejos do banheiro também estão caindo, a porta da frente não tranca. Aproveitou então para decorar a parede dos fundos com projetos e requerimentos. Disse ter certeza de que, até às próximas eleições, as paredes laterais já estariam também tomadas por projetos e requerimentos. Assumiu ser muito difícil explicar para os eleitores o que faz nesta Casa. Avaliou que a esquerda faz seu papel, fazem seus comentários – muitos até pertinentes, outros não, outros usando de má fé. Assegurou que ninguém pode reclamar de sua ausência às sessões desta Casa porque é assíduo. Explicou participar das sessões ordinárias pela manhã e depois sair apressadamente para fazer seu programa na televisão. Quando há sessões extraordinárias, volta à CMB. Pediu àqueles que o acompanhavam através das redes sociais que viessem a seu gabinete para verificar em quantos projetos dera entrada neste parlamento nestes últimos três anos. Refletiu que se vier a concorrer

à reeleição e não se reeleger, as paredes de seu gabinete servirão de exemplo ao próximo vereador que o ocupar. Notificou que marcaria com um xis preto os projetos que não fossem colocados em votação. Aqueles que fossem votados e aprovados seriam marcados com tinta azul e os que não fossem aprovados seriam marcados com uma bolinha vermelha, pois vermelho tornou-se a cor do espantalho, a cor de quem não trabalha, a cor de quem legisla somente em causa própria, a cor dos que destruíram a nação. Assumiu depois a palavra o vereador Igor Andrade e disse também chegar cedo a Casa e ficar em plenário até que os demais parlamentares estivessem presentes, alguns somente às dez horas, para formar o mínimo de dezoito e a sessão tivesse continuidade. Recordou que ao trabalhar na CMB ainda como assessor existia apenas uma sala para atendimento anexa ao salão plenário – a sala VIP. Expressou ser um problema crônico a falta de controle da entrada de pessoas às dependências desta casa de leis, pois não há detector de metal e não se exige a identificação de quem entra. Na entrada pelo estacionamento ocorre o mesmo, é uma porteira aberta, comparou. Esclareceu que tal situação se arrasta há muito tempo, há várias gestões, pois nenhum presidente anterior conseguiu resolver o problema. Recordou ser ainda assessor, ocupando a presidência da CMB o ex-vereador Orlando Carneiro, quando os parlamentares pediram que se construísse mais uma sala para reuniões e atendimento, outra sala VIP, e assim foi feito, sendo também reformada a área de apoio, rebatizada de Espaço do Big. Observou que, devido à vulnerabilidade do acesso, os vereadores são abordados nos corredores por pessoas que vêm de fora, pedintes que abordam inúmeros parlamentares. Opinou que somente carros deveriam entrar na área do estacionamento – pertencentes a assessores, vereadores ou funcionários. Na portaria da frente, continuou, deveria ser feita uma triagem das pessoas que desejassem entrar. Agora, lamentou, os parlamentares estavam impossibilitados de atender os eleitores na sala VIP. Avisou que se estivesse atendendo pessoas em seu gabinete não desceria ao salão plenário para que houvesse quórum na sessão. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima comentou sobre o Dezembro Verde, mês de conscientização contra os maus tratos e o abandono de animais de estimação. Saliu para ser necessário valorizá-los, lembrando o efeito benéfico que têm sobre os que sofrem de depressão. Pediu às pessoas que usem suas redes sociais para expandir a discussão e a conscientização sobre o tema para evitar que animais sejam espancados e ou abandonados. Tratou depois da sessão especial a ser realizada para debater o projeto da Prefeitura Municipal de Belém – PMB que estabelece a realização de uma Parceria Público-Privada - PPP para a recuperação e revitalização do Mercado de São Brás. Nenhum vereador da Casa, afiançou, votaria contra os interesses dos feirantes daquele logradouro e a sessão seria realizada para apresentar e discutir o projeto. Acrescentou que o próprio edital garantia a permanência de todos os permissionários que ali labutam. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Pela liderança do PSB, Igor Andrade saudou os feirantes do Mercado de São Brás presentes na galeria. Assegurou que brevemente aquele espaço daria melhores condições de trabalho aos permissionários, atrairia mais clientes, um número maior de frequentadores. Seria um local revitalizado, amplo e seguro. Declarou depois que um grupo de moradores do Bairro do Curió resolvera fechar, neste dia, a Avenida João Paulo II de um forma arbitrária, impedindo o ir e vir das pessoas em um horário de grande movimento. Estabeleceu que o problema dos alagamentos naquela avenida sempre existiu, classificando a ação de protesto como uma manobra politiquera. Informou que a PMB já encaminhara a licitação para as obras necessárias à macrodrenagem do canal do Curió e haveria a ação do programa Prefeitura no Bairro – nos dias 18, 19 e 20 de dezembro - naquela área atendendo ao anseio da comunidade. Opinou que em verdade a macrodrenagem do canal do Curió deveria ter sido feita pelo ex-governador Simão Jatene, pois era morador do bairro e entregou o prolongamento da Avenida João Paulo II, mas não resolveu o problema do alagamento. Por sinal, pontuou, dois dias depois de entregue, houve uma chuva forte e a via alagou. Avaliou que, pelo tamanho da obra, deveria ter sido realizada também a macrodrenagem do Curió. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima solidarizou-se aos moradores do Bairro do Curió Utinga, que em protesto haviam fechado a Avenida João Paulo II neste dia, reconhecendo o sofrimento deles ao terem suas casas constantemente alagadas. Avaliou ser o fechamento da via um ato de desespero de pessoas expostas todos os anos às enchentes. Pediu providências urgentes para minorar os problemas que atingem aquela população. Lembrou depois ter sido rejeitado neste parlamento seu requerimento solicitando a realização de uma sessão especial para discutir sobre o projeto estabelecendo uma PPP para o Mercado de São Brás. Aprovou-se posteriormente outro requerimento com o mesmo teor, mas já não haveria tempo hábil para discussão. Apontou ser o Mercado de São Brás um patrimônio com 108 anos de idade que estava se acabando por conta da irresponsabilidade do atual governo municipal, que não fizera nenhuma reforma. Agora, continuou, no final do mandato, queria entregar um patrimônio público para uma empresa privada reformar e tomar conta por trinta anos. Ressaltou não ser

F 11

contra o progresso, mas observou que a empresa privada visa lucro e cobrará muito caro pelos quiosques que ali existirem. Questionou sobre as garantias que seriam dadas aos trabalhadores que lá atuam hoje. Reconheceu que essa mudança seria muito boa para o turismo, mas atentou não ser unicamente o turismo a atividade importante no estado. Defendeu que a reforma do Mercado de São Brás fosse feita pela PMB. Sendo um bem público, acrescentou, não deveria ser entregue à iniciativa privada. Considerou que o período de trinta anos previsto no projeto caracterizava não uma entrega, mas uma doação. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro denunciou haver um golpe patrocinado pela Mesa para não permitir que os trabalhadores do Mercado de São Brás presentes à sessão pudessem falar. Recordou ter sido o autor do projeto Tribuna Livre, aprovado nesta Casa, que permite, nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras, que representantes das comunidades e associações pronunciem-se na tribuna. Inteirou estarem inscritas para falar neste dia a Associação dos Trabalhadores do Mercado de São Brás e a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência – APPD. O representante da APPD pronunciou-se primeiro, mas fora acertada uma inversão e falaria inicialmente o representante dos trabalhadores do Mercado de São Brás. Entretanto, agastou-se, cientificaram-no havia pouco de que não seria permitido pronunciamento pelo Tribuna Livre nesta sessão porque na sessão anterior, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, havia se pronunciado a promotora de justiça Elaine Castelo Branco. Protestou não ter sido feito um acordo quanto a isso, uma vez que o programa Tribuna Livre ocorre às quartas-feiras. Expressou que nas duas sessões ordinárias anteriores alguns vereadores disseram não haver trabalhadores protestando contra o projeto da PMB para o Mercado de São Brás, apenas assessores de vereadores de esquerda, meia dúzia de gatos pingados. Neste dia, acusou, os trabalhadores do Mercado de São Brás lotaram as galerias e deveriam ser ouvidos nesta Casa, mas os vereadores estavam com medo de deixá-los falar. Pediu aos seus pares que garantissem a palavra a quem se inscrevera no dia certo, com a documentação exigida, estando inscritos apenas a Associação dos Trabalhadores do Mercado de São Brás e a APPD. No meio da semana, indicou, apareceu uma inscrição extemporânea e se disse que era o Tribuna Livre. Relatou ter conversado com o vereador Amaury da APPD e este lhe assegurara não ter sido feito acordo algum para que o pronunciamento da sessão anterior fosse o Tribuna Livre. Questionou se os demais vereadores concordariam com a manobra feita pela Mesa, asseverando que não aquiesceria com isso. Chamou a atenção para o fato de que os trabalhadores de São Brás têm uma entidade regularizada, com CNPJ, cumpriram com todos os critérios e tinham o direito de falar, perguntando se este parlamento tinha medo do povo. Avaliou que ficaria feio para esta Casa se não fosse permitida tal manifestação. Em aparte, expressaram-se os vereadores Emerson Sampaio e Sargento Silvano. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Gleisson Oliveira. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Mauro Freitas apontou ter sido o Tribuna Livre aprovado durante sua gestão à frente da CMB e se os vereadores não quisessem que a população usasse da tribuna, o projeto não seria aprovado. Declarou que o Tribuna Livre ocorreria na sessão anterior e não seria permitido o pronunciamento das entidades nesta sessão. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Fabrício Gama explicitou que nenhum vereador deste parlamento estava contra os trabalhadores do Mercado de São Brás, pretendiam o melhor para eles e, para isso, deveria ser feita uma audiência pública da qual participassem. Estabeleceu que os vereadores, assim como os permissionários do mercado, são pais de família e não queriam ver ninguém desempregado. Pediu aos trabalhadores presentes que não brigassem, pois não é assim que se resolvem os problemas em uma democracia. Sugeriu que se marcasse uma reunião com os representantes dos trabalhadores, um de cada setor, em outro momento. Uma vez que os ânimos estavam acirrados para que se fizesse neste dia, propôs que tal reunião ocorresse no dia posterior, às doze horas, na sala VIP. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Pablo Farah e Rildo Pessoa. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador John Wayne pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. O presidente Mauro Freitas convocou posteriormente os demais parlamentares a reunirem-se em sessão extraordinária, em regime de tantas quantas fossem necessárias, a partir do dia 05/12/2019, a partir das doze horas, neste salão plenário, para discutir e votar o projeto de lei, constante no Processo nº 1862/19, que “Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2020”. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador John Wayne solicitando a concessão de nove dias de licença particular, no período de 05 até 13 de dezembro de 2019, sendo este aprovado por unanimidade. O presidente comunicou posteriormente a justificativa de ausência do vereador Altair Brandão, motivada por agenda externa. Fez-se

g | - 11 ~



depois a leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de material entregue pela promotora de justiça Elaine Castelo Branco, relatório final das propostas de acessibilidade, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Amaury da APPD solicitando a inserção nos Anais da Casa de nota da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos em que se posiciona contrariamente ao projeto de lei nº 6159/2019, elaborado pelo presidente Bolsonaro, que desmantela as conquistas legais da lei de cotas do mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência. Fizeram encaminhamentos os vereadores Amaury da APPD, Sargento Silvano, Toré Lima, Emerson Sampaio (com aparte do vereador Wilson Neto), Rildo Pessoa, Gleisson Oliveira e Dr. Elenilson, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Gleisson Oliveira pediu então Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes na pauta da Primeira Parte passassem para a pauta da Segunda Parte, o que foi aprovado pelas lideranças partidárias presentes. O presidente Mauro Freitas suspendeu posteriormente a sessão por dez minutos para deliberações entre os parlamentares. O vereador Emerson Sampaio pediu nova Questão de Ordem solicitando que, através de um acordo de lideranças, fossem discutidos e votados apenas os projetos dos vereadores presentes em plenário. O presidente explicou ter sido feito durante a interrupção da sessão um acordo entre as lideranças partidárias para que todos os projetos aptos em pauta fossem votados em bloco e de forma simbólica, sendo então necessário avaliar a Questão de Ordem apresentada pelo vereador Emerson Sampaio solicitando que fossem votados apenas os projetos dos vereadores presentes em plenário. O vereador Fernando Carneiro pediu então esclarecimentos quanto aos projetos que seriam votados, se correspondiam aos projetos sobre os quais havia consenso, conforme fora estabelecido em reunião anterior do Colégio de Líderes. O presidente atestou não haver projetos polêmicos em pauta e sugeriu então que se fizesse a votação dos projetos dos vereadores presentes e que os projetos dos vereadores ausentes fossem votados na sessão ordinária posterior. O vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando que na sessão posterior os projetos somente fossem votados se seus autores estivessem em plenário. O presidente Mauro Freitas sugeriu então que se adotasse esta proposição, o que foi aceito pelas lideranças partidárias presentes. O vereador Fernando Carneiro perguntou se seriam votados apenas os projetos de reconhecimento de Utilidade Pública, que precisam de quórum qualificado. O presidente respondeu que em um primeiro momento seriam votados em bloco e de forma simbólica os projetos relativos à Utilidade Pública e os demais projetos aptos dos vereadores presentes em plenário, posteriormente seria votado o projeto que aprova as contas do Exercício Econômico Financeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Belém. Entraram então em votação única, com dispensa de interstício, os seguintes projetos: projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de datas de postura e de vencimento de sua validade para consumo humano em cada unidade de ovo em casca destinado à comercialização *in natura* no município de Belém", constante no Processo nº 357/19, de autoria do vereador Professor Elias; projeto que "Altera a Lei nº 9314, de 02 de agosto de 2017, que cria o Sistema Cicloviário do município de Belém", constante no Processo nº 1739/19, de autoria do vereador Dr. Elenilson; projeto que "Obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco", constante no Processo nº 1258/19, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos supermercados e hipermercados do município de Belém com mais de cinco caixas de pagamento a reservarem passagem adequada para usuários de cadeiras de rodas e portadores de deficiência física", constante no Processo nº 1626/18, de autoria do vereador José Dinelly; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Associação Campos - AC", constante no Processo nº 1635/19, de autoria do vereador Sargento Silvano; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Companhia de Teatro Luzes", constante no Processo nº 1495/19, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR", constante no Processo nº 1514/19, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Federação Paraense de Judô", constante no Processo nº 1634/19, de autoria do vereador Sargento Silvano; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Casa do Menino Jesus III - Obra das Filhas do Amor de Jesus Cristo", constante no Processo nº 1250/19, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Declara como de Utilidade Pública para o município de Belém o Grêmio Recreativo Social Cultural Mocidade Olariense", constante no Processo nº 1138/19, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto que "Dispõe sobre o reconhecimento e declara de Utilidade Pública a obra social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança", constante no Processo nº

11

1921/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Associação Beneficente São Carlos do Brasil – ABSCB", constante no Processo nº 1924/19, de autoria do vereador Nehemias Valentim; projeto que "Concede a Medalha Condecorativa Brasão D'Armas de Belém ao senhor Mário Nonato Falangola e ao senhor Paulo Roberto Lobato da Silva", constante no Processo nº 1666/19, de autoria do vereador Mauro Freitas (a pedido do vereador John Wayne); projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito e o título honorífico de Cidadão de Belém a Abimael Pereira da Silva Júnior e Ana Flávia de Oliveira Lima Santos Ferreira e outras honrarias", constante no Processo nº 2050/19, de autoria do vereador John Wayne; projeto que "Institui a Semana da Doação de Livros, dos dias 26 a 28 de abril, no município de Belém", constante no Processo nº 1304/19, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto que "Concede o 'Título de Dia Municipal' à Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Portas Abertas", constante no Processo nº 1223/19, de autoria do vereador Sargento Silvano; projeto que "Institui o 'Junho Laranja' no município de Belém", constante no Processo nº 1051/19, de autoria do vereador José Dinelly; projeto que "Institui o Dia do Patrimônio Histórico de Belém", constante no Processo nº 1192/19, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre a Alergia Alimentar", constante no Processo nº 1650/19, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que "Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém a Guarda de Nossa Senhora de Nazaré", constante no Processo nº 1081/19, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que "Institui no município de Belém o Dia Municipal do Brega", constante no Processo nº 1229/19, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Declara de Utilidade Pública para o município de Belém o Instituto Cultural Nagô Afro-Brasileiro – ICNAB", constante no Processo nº 2029/19, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto que denomina de Pórtico Castanheira o Pórtico Metrópole, localizado na BR-316", constante no Processo nº 326/19, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Eleva o Jiu-Jitsu ao status de manifestação da cultura municipal e de patrimônio imaterial de Belém-PA", constante no Processo nº 679/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que "Declara a Escola de Samba Peles Vermelhas, localizada no Distrito de Mosqueiro, Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Belém", constante no Processo nº 332/19, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que "Declara a Escola de Samba Piratas da Ilha Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém", constante no Processo 333/19, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que "Declara o Programa Feira do Som, da Rádio Cultura, Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belém", constante no Processo nº 1368/19, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que "Dispõe sobre a Semana Municipal da Conscientização e Prevenção da Tuberculose no município de Belém", constante no Processo nº 1919/19, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima; projeto que "Emenda a Lei nº 8655, de 30 de julho de 2008", constante no Processo nº 1640/17, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Institui o Dia Municipal das Comunidades Terapêuticas que tratam dos dependentes químicos", constante no Processo nº 1912/19, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 9277, de 24 de maio de 2017, e da Lei nº 7580, de 17 de outubro de 1997", constante no Processo nº 1892, de autoria da Prefeitura Municipal de Belém; projeto que "Cria o Dia do *E-Sports* no âmbito do município de Belém", constante no Processo nº 1214/19, de autoria do vereador John Wayne; projeto que "Concede o Diploma de Mérito de Proteção aos Animais de Belém ao projeto da Universidade Rural da Amazônia – Projeto Carroceiro", constante no Processo nº 2003/19, de autoria do vereador Rildo Pessoa. Na discussão, não houve oradores. Postos em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovados os projetos anteriormente listados. Justificou seu voto o vereador Amaury da APPD. Passou-se posteriormente à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que "Aprova as contas do Exercício Econômico Financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Belém, responsabilidade do prefeito Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior", constante no Processo nº 1826/19, TCM/CMB. Na discussão, pronunciou-se o vereador Fernando Carneiro (com aparte do vereador Fabrício Gama). Foi feita então a leitura do projeto. Posto em votação nominal, este foi aprovado por maioria, com vinte e três votos favoráveis e duas abstenções. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Aprova as contas do Exercício Econômico Financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Belém, responsabilidade do prefeito Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior", constante no Processo nº 1826/19. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Aprova as contas do Exercício Econômico Financeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Belém, responsabilidade do prefeito Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior", constante no Processo 1824/19, TCM/CMB. Na discussão, não houve oradores. Foi feita, depois, a leitura do projeto. Em seguida, fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro. Posto em votação nominal, o projeto foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis e duas abstenções. O

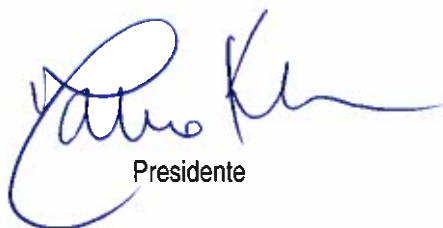
A. H.

J. F.

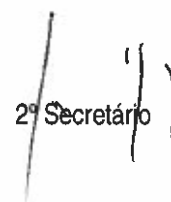
presidente declarou então aprovado o projeto que "Aprova as contas do Exercício Econômico Financeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Belém, responsabilidade do prefeito Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior", constante no Processo 1824/19. Justificaram seus votos os vereadores Emerson Sampaio, Fabrício Gama e Wilson Neto. O presidente Mauro Freitas, atendendo à Questão de Ordem anteriormente aprovada determinando que somente fossem votados os projetos dos vereadores presentes em plenário, colocou em votação os projetos do vereador Moa Moraes, que estava presente à sessão anteriormente, mas se ausentara durante a primeira votação. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém o Congresso de Mulheres, Congresso Mocidade, Congresso Infantil e de Adolescentes, Simpósio de EBD da Igreja Evangélica Assembleia de Deus" - constante no Processo nº 1533/19 - e o projeto que "Institui o incentivo à criação de ecopontos para descarte de materiais recicláveis no município de Belém" - constante no Processo nº 870/19 - sendo ambos de autoria do vereador Moa Moraes. Na discussão, não houve oradores. Postos em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém o Congresso de Mulheres, Congresso Mocidade, Congresso Infantil e de Adolescentes, Simpósio de EBD da Igreja Evangélica Assembleia de Deus" - constante no Processo nº 1533/19 - e o projeto que "Institui o incentivo à criação de ecopontos para descarte de materiais recicláveis no município de Belém" - constante no Processo nº 870/19. Em seguida, o presidente declarou encerrada a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estava licenciado o vereador Neném Albuquerque. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Celsinho Sabino, Dr. Chiquinho e Paulo Queiroz. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Dr. Elenilson, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC - Avante - Podemos; Bieco, Fabrício Gama, Zeca Pirão e Marciel Mão, pelo bloco PMN - Solidariedade - Patriota - PR; Professora Nilda Paula, Sargento Silvano e Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC - PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B - PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB - PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 04 de dezembro de 2019.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário